

“A POLÍTICA NA VIDA DE JOVENS DA PERIFERIA DE FORTALEZA-CE: COMPREENSÃO E FORMAS DE EXPRESSÃO NOS BAIROS PARQUE SANTA FILOMENA E SÃO CRISTÓVÃO”

Autor: Sônia Pereira, *Faculdade de Educação da UFC*

Co-autor: Profa. Tânia Maria Batista de Lima, *Faculdade de Educação da UFC*

Co-autor: Rayenne da Silva Barros, *Faculdade de Educação da UFC*

Resumo do artigo: O presente artigo objetiva apresentar resultados preliminares da pesquisa “A política na vida de jovens da periferia de Fortaleza-CE: compreensão e formas de expressão nos bairros Parque Santa Filomena e São Cristóvão”, que tem sido realizada na Faculdade de Educação da UFC, no ano de 2017. A investigação parte de resultados de estudo anterior realizado com jovens do Parque Santa Filomena, participantes do Projeto Meninos de Deus. Este estudo pretende investigar o cotidiano desses e de outros jovens dos referidos bairros, que participam de projetos desenvolvidos pela ong Convida e no CUCA Jangurussu. Os jovens utilizam variadas linguagens para se expressar e o fazem através de roupas, música, atividades esportivas, manifestações artísticas, participação em redes sociais e em organizações sociopolíticas. Algumas perguntas direcionam a pesquisa: Considerando esse contexto, como se configura a política? Como ela ganha concretude e aparece como ação humana que se pauta na “busca do bem comum”, “na valorização do diálogo, do consenso e da comunicação”, onde o grupo ou a coletividade assume o papel principal? O objetivo do estudo é, pois, conhecer como os jovens pensam e atuam politicamente, neste momento em que as formas convencionais de atuação política vêm sendo questionadas pela sociedade, de um modo geral, no atual estágio do capitalismo, e pelos jovens, em particular. A abordagem qualitativa vem se realizando com a observação diligente da vida comunitária; oficinas e entrevistas com os jovens dos bairros mencionados, além de familiares, ativistas sociais; professores e diretores de escolas da localidade e imediações. A pesquisa identificou que a profunda desigualdade que indigna parte da juventude da região está sendo enfrentada de diversas formas; a indignação vem sendo expressada e a solidariedade vem sendo aprendida no dia a dia dos jovens, nos espaços de que participam, seja nas atividades culturais (grafites, pichações, rap, dança de rua, que são atividades componentes do hip hop); nas redes de movimentos sociais (Fórum de Jovens, coletivos) e nas manifestações por eles organizadas, reunindo elementos de sua presença no cenário da cidade.

Palavras-chave: Juventudes. Política. Pesquisa qualitativa.

Introdução

O tema do presente artigo é a atuação política da juventude de um bairro da periferia de uma grande cidade brasileira, Fortaleza; como os jovens pensam e atuam politicamente, neste momento em que as formas convencionais da política vêm sendo questionadas pela sociedade, de um modo geral, no atual estágio do capitalismo, e pelos jovens, em particular.

A investigação parte de resultados de estudo anterior realizado com jovens do Parque Santa Filomena, bairro que faz parte do grande Jangurussu, periferia de Fortaleza-Ceará. Naquele estudo a delimitação do objeto de investigação circunscreveu-se aos jovens participantes do projeto Meninos de Deus, desenvolvido pela ONG Conselho Nova Vida (Convida). Já a pesquisa em curso abrange esses jovens e outros que vivem no referido bairro

e no bairro vizinho, São Cristóvão, de modo a ampliar a compreensão acerca da política e das formas que a juventude (ou juventudes) encontra ou cria para expressar suas insatisfações, necessidades, desejos, sonhos.

Por que conhecer como os jovens atuam, o que pensam e como compreendem a política? Qual a relevância de tal conhecimento? Entendemos que a relevância encontra amparo na necessidade de respostas ao grave momento em que vivem as juventudes na sociedade capitalista e na brasileira, em particular.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, publicada no Diário do Nordeste de meados de março de 2016, foram assassinados em 2014 e 2015, no estado do Ceará, 1791 adolescentes. Essa situação é, de fato, espantosa e inaceitável! As sociedades contemporâneas, porém, parecem estar entorpecidas pela cultura do consumismo e do individualismo, que beira as raias da patologia social. Além do esforço para a desnaturalização de uma questão que é social, de alguma forma, nós - educadores e universidades - precisamos nos comprometer com a reflexão e produção de um conhecimento que contribua para a transformação do que está sendo configurado como realidade quase natural e problemática sem solução. A pesquisa nessa área destinar-se ia a ampliar e aprofundar o conhecimento sobre a temática, de modo a contribuir para essa desnaturalização e para a formulação de políticas públicas voltadas à população jovem.

Neste artigo, buscaremos: 1) situar teórica e conceitualmente as questões da investigação acerca da política e das juventudes; 2) apresentar a metodologia da pesquisa; e 3) descrever alguns resultados preliminares do estudo, descrevendo e problematizando a realidade dos jovens num contexto de crescente violência urbana nos bairros de periferia da cidade de Fortaleza-CE.

O Estado, as juventudes e a política

Ainda que o estudo não pretenda efetuar generalizações, mas iluminar cenários mais localizados e dar visibilidade às questões relacionadas à temática, é necessário identificar as resistências à homogeneização que o capitalismo contemporâneo impinge às sociedades e grupos sociais, na direção do consumismo e da “flexibilização” de direitos; ou no embrutecimento e desconhecimento dos direitos, em parte provocados pelo empobrecimento material e espiritual de amplas camadas da população e pelos retrocessos que o quadro recente da política brasileira e internacional vem delineando.

O Estado, na sociedade capitalista cumpre, através de suas instituições e políticas, as funções de organizador da economia, da vida social, cultural e política, com vistas a imprimir os interesses do capital. Já Poulantzas afirmava, em fins dos anos 1970, momento diferente do sistema capitalista, que o Estado não se configurava como um aparato homogêneo, mas atravessado por disputas e interesses diversos e contraditórios. Suas instituições e políticas expressavam, portanto, a disputa entre as classes sociais. No período em que nos encontramos, de aprofundamento e consolidação dos interesses do capital financeiro, em que tudo se torna mercadoria, inclusive a educação, assistimos a uma investida mais profunda do aparato estatal para atender interesses das classes dominantes; assistimos e convivemos com a elevação do consumismo a um valor que atribuiria modernidade à sociedade de mercado, consumismo esse que expressa a desvalorização crescente do ser, a coisificação das relações sociais (Nogueira, 2004).

Vivemos em um momento de mudanças estruturais no sistema capitalista. Se no período fordista havia uma perspectiva positiva, de incorporação das demandas de classes trabalhadoras no aparato legal - que instituiu o Estado Social, no processo do capital, com a diminuição da utilização da força de trabalho devido à incorporação da maquinaria e, posteriormente, das ferramentas de tecnologia digitalizadas - no capitalismo tardio pode-se constatar que essas perspectivas não mais se configuram. O aumento exponencial da pobreza, o hiato alargado entre as classes e, principalmente, o fetichismo do consumo como forma preponderante de ascensão social apresentam um cenário caótico, especialmente para a juventude do século XXI.

A busca de um Estado Social também nas sociedades periféricas do capitalismo mobilizou as classes sociais não privilegiadas e parte das privilegiadas, como podem ser consideradas as classes médias brasileiras (Souza, 2013). Um Estado Social, no entanto, segundo os estudos clássicos da sociologia e da política, não se configura sem uma base classista sindical e partidária forte, elemento importante para a inserção dos direitos sociais no aparato legal e para direcionar a distribuição da riqueza socialmente produzida. No Brasil, tal processo é retardatário e incompleto; e desde os anos 1930, entre regimes autoritários e curtos períodos democráticos, ainda que sindicatos e partidos registrem história de forte atrelamento ao Estado e aos governantes, alguns desses direitos, muito vinculados aos trabalhistas, foram instituídos (Nogueira, 2004); mais recentemente, os direitos humanos, no Brasil, no âmbito do legislativo e no judiciário, na política institucional, enfrentam ininterruptos esforços para sua anulação, em especial os direitos sociais.

A despeito e em virtude de tal configuração - de uma sociedade cujos direitos parecem ser de nascença, como afirma Souza (pois setores das classes médias e altas, já partem de condições iniciais favoráveis, considerando o capital cultural de que dispõem) -, as insatisfações e projetos sociais se manifestaram e se manifestam como movimentos sociais, que se organizam de formas variadas: em redes, fóruns, coletivos, conselhos, partidos, associações e outras. E não podemos desconsiderar que historicamente o Estado foi interpelado a cumprir funções e atender aos interesses e às necessidades de outras classes sociais que não as dominantes, como as trabalhadoras; assim, ele aparece através de suas instituições e políticas, como governo e representante de toda a sociedade, para atuar nos diversos campos – econômico, político, social (Nogueira, 2004).

No Brasil, se recortarmos a história política dos anos recentes e tomarmos a Constituição de 1988 como referência, identificamos classes e grupos sociais subalternos que buscaram afirmar seus interesses; que disputaram espaços na política para instituir a democracia participativa (uma redundância, mas que se explica quando nos referirmos aos mecanismos de participação, que não somente o voto nas eleições) com base em conselhos (paritários) e outros mecanismos, de modo a buscar, criar e consolidar seus direitos. É o caso da juventude, que no lastro de décadas de lutas sociais, emergiu como sujeito social, como protagonista de reivindicações e como categoria teórica nas pesquisas sociais. E o Estado passa a reconhecê-la como tal. Desde os anos 1980, a juventude vem buscando imprimir suas marcas nas leis e na formulação de políticas públicas, encontrando expressão, por exemplo, na organização de crianças e adolescentes no Movimento Meninos e Meninas de Rua, que resultou na criação do Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente, lei de 1989, e na criação do Estatuto da Juventude, em 2015, lei a ser ainda regulamentada.

Quanto ao conceito de jovem, há, segundo Bega (2015, p. 7) “unanimidade quanto ao uso da denominação de juventude referindo-se ao grupo etário entre 15 e 29 anos”... Tal recorte geracional compreende o processo de preparação dos indivíduos para assumirem o papel de adulto na sociedade, etapa de transição entre a infância e vida adulta. Mas não há uma definição unívoca de juventude, e sim há juventudes, se tomarmos um recorte de classe social (Dayrell, 2007). E as políticas públicas para a juventude, especialmente no Brasil, são direcionadas aos filhos de trabalhadores assalariados ou que trabalham sob relações precárias, por conta própria, no campo ou na cidade.

O reconhecimento de uma pequena parcela jovem como sujeito de direitos (12 a 18 anos) se deu a partir da regulamentação do artigo 227 da Constituição de 1988, com a

aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), e atribuiu responsabilidades à sociedade, mas especialmente ao Estado, nas várias esferas; estabeleceu a necessidade de políticas setoriais – educação, saúde, esporte e lazer, assistência social – e a noção de transversalidade e de ações integradas no plano inter-setorial (Bega, 2014).

As políticas para juventude foram então criadas por vários ministérios e executadas pelas esferas administrativas federal, estaduais e municipais. Esforços foram empreendidos para dirimir a desarticulação (que nos parece ser uma característica de políticas públicas no Brasil) e para ampliação de participação na formulação das políticas. Após 2002, o governo federal criou a Secretaria Especial de Juventude, vinculada diretamente à Presidência da República; e o Conselho Nacional de Juventude, que conta com a participação de 2/3 de representantes da sociedade civil; e ainda foram realizadas conferências nas várias esferas governamentais (municipal, estadual e municipal), em 2008 e em 2011 também com a participação de representantes da sociedade civil.

O ponto culminante desse processo foi a aprovação do Estatuto da Juventude, lei 12.852 de agosto de 2013, onde se dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude. Nesse estatuto são consideradas jovens as pessoas entre 15 e 29 anos de idade, uma ampliação significativa da faixa etária, que considera as dificuldades de empregabilidade dos que se situam entre os 20 e 30 anos, daí a necessidade de políticas públicas.

Vale destacar, portanto, que o Estado passou a assumir a juventude como uma questão social a ser enfrentada; e a sociedade continuou a se organizar e a atuar de várias formas, como já mencionado, através de organizações não governamentais (ONGs), partidos, conselhos, fóruns e redes - para a efetivação de tais políticas e para que direitos fossem consolidados. E direitos, segundo Vera Telles, não dizem respeito somente às leis, mas ao modo de uma sociedade problematizar sua vida, formular suas questões. Ter direitos, em consonância com Hannah Arendt, “significa (...) pertencer a uma comunidade política na qual as ações e opiniões de cada um encontram lugar na condução dos negócios humanos” (Telles, 1999, p. 60). Entendemos que esse é o sentido da busca dos direitos na sociedade brasileira, e da juventude, em particular: encontrar lugares de pertencimento cujos interesses sejam vistos, ouvidos e exercidos por todos e considerados como legítimos nos espaços de disputa pública.

Os jovens utilizam de várias linguagens para se expressar: roupas, música, atividades esportivas, manifestações artísticas, participação em redes sociais e em organizações

sociopolíticas. Em termos de hipótese a política ganha com as juventudes, novas formas de expressão, ganha concretude e aparece como ação humana que se pauta na “busca do bem comum”, “na valorização do diálogo, do consenso e da comunicação”, onde o grupo ou a coletividade assume o papel principal (Nogueira, 2001).

A metodologia da pesquisa

Para dar consecução aos objetivos da pesquisa, cuja abordagem é qualitativa, temos realizado concomitantemente ao estudo bibliográfico, conversas informais e entrevistas com educadores que fazem parte da ONG Convida, além de jovens dos bairros Parque Santa Filomena e São Cristóvão, estes últimos participantes de projetos do CUCA Jangurussu, que se situa nesse bairro; também realizamos observação e participação em reuniões de jovens e adultos que fazem parte do Projeto Meninos de Deus, coordenado pela referida ONG.

Para o alcance da compreensão da realidade como processo histórico, aspectos de ordem material e subjetiva deverão ser apreendidos. Com os jovens, as entrevistas buscarão recortes e fragmentos de histórias de vida, com a preocupação de captar elementos mais sutis e profundos de suas subjetividades (Bertaux, 2010; Minayo, 1999)

O perfil da juventude local será tomado como referência para que possamos conhecer as experiências de jovens nos vários momentos de suas vidas, por exemplo: na escola e fora dela; nos espaços familiares; nos espaços institucionais, como nos projetos de que participam, governamentais ou não governamentais; em rodas de amigos, conversas em espaços informais; redes sociais, atividades culturais (grafites, pichações, rap, dança de rua, que são atividades componentes do hip hop); nas redes de movimentos sociais, nas virtuais e nas manifestações por eles organizadas.

A observação e interação com os jovens, sujeitos da pesquisa, efetuadas nos espaços mencionados, nos permitem reunir informações e situações sobre sua presença no cenário da cidade, de modo que a riqueza e a especificidade dessa juventude sejam conhecidas e compreendidas em suas diversidades e diferenças. Registramos nossa preocupação em não estereotipar a juventude das periferias – com características recorrentes trazidas especialmente pela mídia televisiva e jornalística.

A cidade partida, a política e as juventudes do Jangurussu

O bairro Grande Jangurussu é extenso (1558 hectares) e populoso (50.479 habitantes), segundo o Censo de 2010 e apresenta um dos mais baixos índices de desenvolvimento humano (0,442). O Parque Santa Filomena, situado no Grande Jangurussu, tem uma população de cerca de 22.000 habitantes, número que é maior do que o da população de muitos municípios brasileiros e é conhecido como um dos locais mais preocupantes nas estatísticas de violência juvenil e urbana. A violência aí é assustadora e toma proporções de genocídio.¹

Depois da implementação do Projeto Meninos de Deus, entre 2008 a 2011, houve uma redução significativa de mortes violentas de jovens no Parque Santa Filomena, mas o número ainda alcançou 10 pessoas, segundo relato do coordenador do referido projeto.

Uma primeira impressão nos acomete ao sistematizarmos as informações de campo, qual seja: os jovens da região periférica de Fortaleza não usufruem da cidade exercendo direitos previstos constitucionalmente, o que os instala em uma situação de jovens cidadãos de segunda categoria. Essa condição juvenil insere-se em um contexto que embrutece os seres humanos, se tomarmos como referência o seu contrário, que é a dignidade humana, isto é, o direito de viver a cidade, de ter acesso às políticas públicas como um direito humano, de cidadania. Porém, se refletirmos de modo menos imediatista e mais mediado pela diversidade de fatores que incidem sobre as subjetividades e a emergência e configuração de sujeitos políticos, entendemos que é mais apropriado tomar essa condição como hipótese. Assim, uma pergunta nos inquieta: nessa cidade partida, como esses jovens exercem direitos, considerando que já na largada de suas vidas, não reúnem condições favoráveis ao usufruto das políticas de educação, de lazer, de cultura, de saúde, ou seja, como diz Jessé Souza, já partem para a vida adulta em situação de desvantagem. Enfim, eles constroem os direitos inscritos na Constituição, no ECA e no Estatuto da Juventude, mas que não são concretizados satisfatoriamente como políticas públicas? Esses direitos vêm sendo construídos, no momento atual da vida nacional, de aprofundamento do autoritarismo do estado e de aumento da violência através de seu aparato policial, observado especialmente no tratamento dispensado às populações pobres e aos movimentos sociais? Como os constroem?

A formulação e o acesso às políticas com a participação da juventude seriam um tipo de atuação política, porém, é de se supor que mesmo outras possibilidades não tão explicitamente políticas carreguem intencionalidades, anseios, insatisfações que, se

¹ A pesquisa reúne mais informações acerca do Parque Santa Filomena, embora o trabalho de campo no Bairro São Cristóvão já tenha se iniciado. Portanto, a análise aborda especialmente situações relacionadas ao primeiro.

identificadas, merecem ser consideradas pelo estado e pela sociedade civil. Isso pode significar resistência ao autoritarismo ou um amadurecimento do processo democrático da sociedade brasileira, que ao elaborar e implementar políticas adequadas em interação com o Estado, estaria a distribuir a riqueza socialmente produzida; pode igualmente contribuir para a reinvenção de uma ideia do político com base em necessidades reais, sonhos e projetos da população jovem. E, assim, estaria a se construir uma nova cultura política, calcada, então, nas noções de direitos e de democracia.

Considerando que a crise da política e o descrédito em suas formas tradicionais, se, por um lado, afastam a juventude de seu raio de ação, por outro estão a impulsionar outras formas de expressão. Assim, é necessário buscar manifestações dessa nova forma de pensar e se expressar politicamente, em espaços não convencionais, até inusitados, particularmente na vida cotidiana e cultural da juventude e da comunidade do bairro, nas redes sociais virtuais ou não. Identificamos essa inquietação juvenil tanto na ONG Convida, em seu projeto Meninos de Deus, como nos projetos do CUCA Jangurussu, equipamento social criado pelo governo municipal.

De um modo geral, não somente nessa localidade, os jovens não atuam politicamente articulados às formas tradicionais de organização, quais sejam: partidos e sindicatos. Desenvolvem ações políticas de outro tipo. No caso do Parque Santa Filomena, uma expressão de cultura juvenil identificada pela pesquisa é o *hip-hop*. Inclusive, a história do projeto Meninos de Deus é contada em uma música criada e interpretada por dois irmãos *rappers* que ali vivem, frequentaram e frequentam ainda as atividades do projeto. O rap é uma das vertentes do hip hop; e além desse tipo de expressão, identificamos também o grafite, outra vertente do *hip-hop*, que os jovens da região atualmente vêm ensaiando realizar, após discussão nas rodas de conversa. O que se via nos muros e casas do bairro era a pichação, porém esse tema foi trazido para o projeto e foi possível observar que os jovens iniciaram uma prática diferente. Ainda que possamos considerar que ambas as formas - pichação e grafite – expressem inconformidade, o grafite passou a ser visto como a manifestação legítima e mais elaborada de representação de resistência juvenil.

Isso nos remete à reflexão de Diógenes acerca da formulação de políticas para a juventude. Diz a autora que “uma política para a juventude deve levar em conta aspectos que recortam o conjunto de suas experiências, suas formas de sociabilidade, suas marcas e os códigos e linguagem que balizam suas linhas de comunicação e produzem um reconhecimento entre seus pares” (Diógenes, 2009, p. 278). Em consonância com tal

afirmação, entendemos que as formas de expressão cultural e política dos jovens devem ser consideradas para a formulação de políticas públicas.

Não encontramos, porém, no bairro em estudo, nenhuma política estatal dessa natureza. Há em Fortaleza uma rede de centros culturais (CUCAs) que direcionam sua programação aos jovens, que visa a atender a busca de profissionalização e de lazer; três CUCAs compõem a rede. No Grande Jangurussu há um Centro Cultural, situado no bairro São Cristóvão, como mencionamos. Ocorre que os jovens do Parque Santa Filomena quase não frequentam tal equipamento social porque a pobreza os impede, pois segundo conversas informais com alguns jovens, eles precisam ter dinheiro para transporte, e não o têm. Ademais, não podem ter problema com o tráfico, posto que precisam ser livres para atravessar suas linhas territoriais; há ali jovens que não transitam livremente. Assim, fatores de várias ordens sugerem quão complexa é a formulação e a efetivação de políticas públicas para a juventude.

No que tange à identificação da presença do Estado pelos habitantes do bairro, a pesquisa reuniu elementos que nos permitem afirmar que no Parque Santa Filomena o Estado é identificado, em um primeiro momento, pelos moradores e pelos jovens, principalmente com a ação da corporação policial. Depoimentos revelam que quando da existência do Programa Ronda do Quarteirão, por exemplo - uma iniciativa do Estado que propõe a inserção de policiais militares nas comunidades da periferia de Fortaleza para a construção de laços comunitários – os policiais aparecem aos moradores como a grande referência estatal (“do governo”, como se referem ao Estado). Uma referência que nem sempre está a proteger os cidadãos e é lembrada pelos jovens, principalmente, por sua conduta autoritária. De forma recorrente essa polícia os aborda com demonstração de autoridade e força (Cavalcante, 2011). Os “baculejos”, revistas constrangedoras, são relatados pelos jovens entrevistados pela pesquisa. Certamente há a presença estatal na localidade: há escolas, há pavimentação das ruas principais, eletricidade pública e nas residências e outras, no entanto, as conversas, entrevistas e observação revelam que em um primeiro momento essa é a presença estatal mais notada pelos moradores do Parque Santa Filomena.

Trata-se de uma população que apresenta características semelhantes às de outras comunidades da periferia de Fortaleza. As entrevistas revelaram que os pais (homens e mulheres) de família, assim como os jovens, estão submetidos a condições de trabalho precarizadas. As ocupações, em sua maioria, são aquelas que exigem menor qualificação escolar, tais como: garis, serralheiros, vigias, montadores de móveis, vendedores etc. As

famílias moram em casas simples de alvenaria, porém, não têm acesso a saneamento básico, somente a energia elétrica e água encanada.

Se trouxermos as falas dos jovens, elas nos revelam pessoas que vivem o dia a dia nutrido por sonhos, projetos, esperanças, como os jovens de outras classes sociais.

R., que participa do projeto desde seu início e, hoje, com 30 anos, ainda comparece a algumas de suas atividades. Ele trabalha como montador de móveis, sem carteira de trabalho assinada, é estudante da EJA. E à pergunta sobre os sonhos que alimentam seu dia a dia ele nos respondeu: “Eu tenho vários, gostaria de me formar, de preferência em economia. Mas eu queria que desse certo, que eu fosse uma inspiração pro meu filho, pra ele pensar, poxa, meu pai se formou, então tenho que me formar”.

Tais sonhos são alimentados a despeito da pobreza, das precariedades e da indignação que observamos nas falas de jovens na recente observação de uma reunião dos jovens do Projeto Meninos de Deus. Entre falas graves, piadas e tristeza, identificamos histórias de privação de condições básicas de subsistência. Por exemplo, o coordenador do mencionado projeto perguntou qual o salário de um dos pesquisadores presente. Após receber tal informação ele apontou um beco com cerca de 10 casas construídas com muita precariedade e disparou de volta para todos os três pesquisadores presentes: “a renda dos moradores de todas essas casas não alcança esse valor; você já imaginou que um dia ouviria isso?”. Essa provocação teve o intuito de chamar atenção para a incapacidade da outra parte da cidade para a abissal desigualdade que nos instala a todos em um *apartheid* que precisa ser enfrentado, e que segundo o coordenador do projeto e os jovens presentes na reunião, só o será se forem construídos o valor e a prática da solidariedade. E essa, todos os jovens relataram exercer, desenvolvendo trabalhos comunitários em um bairro próximo (o Perimetral, muito próximo à antiga rampa de um lixão), com cerca de 60 pessoas, trabalhadores catadores de material a ser reciclado, ainda mais pobres do que os “meninos de deus”, segundo eles próprios. Como aprenderam a solidariedade? Aprenderam, disseram todos, “porque já passamos pelo que eles passam”: fome, pobreza, privação.

Considerações finais

Em termos conclusivos, podemos afirmar que a política somente terá significado de “construção de um mundo comum”, ainda que conflituoso e complexo, se incorporar a solidariedade no cotidiano e nas instituições do Estado. Sem esse princípio ela estará fadada a reproduzir e reproduzir incansavelmente a incivilidade e a desumanidade que estão a

caracterizar o período histórico do capitalismo periférico em que nos inserimos como país. Em suma, a política está a exigir sua refundação, nos termos da dignidade humana e do bem-estar social. A juventude, que emerge como significativa presença no cenário nacional, sugere que sua fala, sua expressão seja considerada pela própria sociedade e pelo Estado e suas políticas.

Vale destacar que a pesquisa vem identificando a forte presença de igrejas evangélicas nos bairros em estudo, observada nas falas e nas práticas e dinâmicas das reuniões e atividades de campo. Assim, entendemos ser importante ampliar o estudo com a inserção dessa observação e examinar como a religião e suas práticas diversas presentes nas comunidades influenciam a construção da concepção e da atuação política dos jovens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABONG <http://www.abong.org.br/> Acesso em 31/10/2011.

BARROS, Robson. *Meninos de Deus: um olhar para o caminho*. Fortaleza, Gráfica e Editora Eleal, 2010.

BEGA, M. T. S. *Das conferências nacionais brasileiras ao Estatuto da Juventude: surgimento de um novo sujeito político?*, in XII CONLAB, Lisboa, Univ. Nova de Lisboa, 2015, pp6011-6022.

BERTAUX, Daniel. *Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos*. São Paulo/Natal, EDUFRRN/Paulus, 2010.

CARRANO, Paulo. Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da "segunda chance". In: MACHADO, Maria Margarida. *Formação de educadores de jovens e adultos*. Brasília: Secad/MEC, UNESCO, 2008.

CAVALCANTE, Ricardo Moura Braga. *Vidas breves: investigação acerca dos assassinatos de adolescentes em Fortaleza*. 2011. 156f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas) - UECE, Fortaleza.

DAYRELL, Juarez. A escola faz as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação e Sociedade*, v. 28, n.100 - Especial, p-1105-1128, out. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

DIÓGENES, Glória. *Juventude, exclusão e a construção de políticas públicas: estratégias e táticas*. 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

LANDIM, Leilah. Múltiplas identidades das ongs. In: HADDAD, Sérgio (org). *Desafios para a cooperação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Peirópolis/ABONG, 2002.

MARTINS, José de Souza Martins. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história da modernidade anômala*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MEDEIROS, Rogério de Souza. Crítica e resignação nas atuais relações entre as ongs e o estado no Brasil. In: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (orgs) *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó: Argos Sulina Universitária, 2007, p.167-202.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 1999.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Um estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. Cortez: São Paulo, 2004.

_____. *Em defesa da política*. São Paulo; SENAC, 2001.

